

AÇÕES AGROECOLÓGICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO ASSENTAMENTO PRIMEIRO DO SUL — CAMPO DO MEIO, MG

Área Temática: Meio Ambiente

Responsável pelo trabalho: Artur Leonardo Andrade

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG)

Artur Leonardo Andrade¹; Flamarion Dutra Alves²

RESUMO

O Projeto de Extensão proposto integra o Programa Semeando Saúde e Educação da Universidade Federal de Alfenas, visando o diagnóstico das potencialidades para as práticas agroecológicas no Assentamento Primeiro do Sul - Campo do Meio, MG. Nesta região a monocultura do café predomina nas pequenas como nas grandes propriedades, apresentando a forma tradicional de cultivo através da utilização de agrotóxicos e defensivos químicos. Assim, a agroecologia é uma atividade que altera o sistema produtivo local substituindo as práticas agrícolas tradicionais por princípios ambientalmente sustentáveis garantindo um novo formato de desenvolvimento para os agricultores. Dessa forma, na ótica da segurança alimentar esta técnica agroecológica colabora para atingir estas metas e vai de acordo com a nova política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A atuação da Universidade junto às famílias assentadas se dá de forma interdisciplinar e interinstitucional, aliando a agronomia (agroecologia) e geografia (desenvolvimento rural) como pilares dessa ação. Nesse sentido, os bolsistas desenvolvem ações conjuntas com as famílias assentadas, no diagnóstico das potencialidades agroecológicas e na elaboração de uma cartilha explicativa das contribuições das práticas agroecológicas, bem como o desenvolvimento de oficinas agroecológicas visando a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agroecologia, Sustentabilidade, Desenvolvimento Rural.

¹ Graduando em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas – Bolsista Proboxt / UNIFAL-MG. E-mail: leonardoxala@yahoo.com.br

² Prof. Dr. do Instituto de Ciências da Natureza / Universidade Federal de Alfenas. E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br



INTRODUÇÃO

O projeto é uma iniciativa de trabalhos realizados anteriormente no Assentamento Primeiro do Sul - Campo do Meio, MG, onde se constatou a necessidade da diversificação produtiva, aliando benefícios ambientais, sociais e econômicos, neste caso, a agroecologia é uma atividade que pode contemplar essas especificidades. No âmbito acadêmico, os alunos envolvidos no projeto estão pesquisando sobre as grandes temáticas da geografia agrária e agroecologia, bem como atuando diretamente no assentamento na prática extensionista.

O Assentamento Primeiro do Sul por estar situado na região de Sul de Minas Gerais, área onde predominam as lavouras de café, também desenvolve essa cultura e mantém as práticas tradicionais de plantio. As 48 famílias que residem no assentamento rural necessitam de outras atividades agrícolas para diversificação das matrizes produtivas, além de criar novas formas de produção.

Assim, o objetivo geral do projeto é desenvolver atividades agroecológicas junto à população residente no Assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG, para atingir este objetivo maior são necessários os objetivos específicos que estão balizados nas seguintes propostas:

- Diagnosticar os aspectos socioeconômicos e geográficos do Assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG, como potencialidades para as atividades agroecológicas visando o planejamento rural;
- Analisar o modo de produção empregado na agricultura no Assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG;
- Debater com os agricultores familiares a viabilidade agroecológica visando a segurança alimentar;
- Apresentar oficinas explicativas sobre as ações agroecológicas na agricultura e no espaço agrário, visando à compreensão didática dos efeitos do modo tradicional e agroecológico na agricultura;
- Discutir teoricamente acerca dos conceitos da agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar e geografia agrária, propondo uma análise sistêmica interdisciplinar.



MATERIAL E METODOLOGIA

Como o projeto está em desenvolvimento desde o início do mês de junho de 2011 e sua conclusão em julho de 2012, há resultados parciais e desejados. Para tal, o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão no assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG tem caráter sistêmico interdisciplinar integrando as bases agroecológicas, geográficas e de segurança alimentar (Figura 1), com profissionais das três áreas.

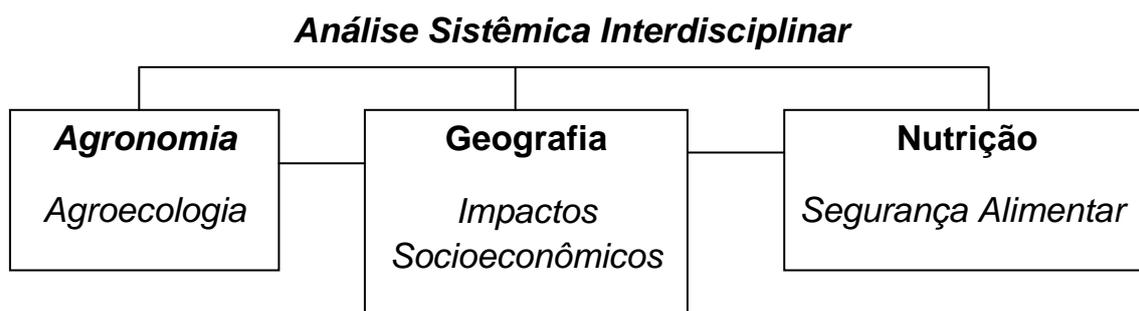


Figura 1 – Esquema metodológico interdisciplinar no desenvolvimento agroecológico no Assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG.

Serão adotadas visitas técnicas junto ao assentamento rural verificando as demandas existentes, bem como diagnosticar o perfil produtivo deste território, tendo em vista a localização em uma região dominada pelo cultivo do café para agroindústria.

Percebendo que o desenvolvimento rural do assentamento rural, não dependa exclusivamente da agricultura tradicional, no caso o café, a metodologia de trabalho visa promover ações que incluam a participação da população local nas práticas agroecológicas, de outras culturas agropecuárias, como a expansão da produção leiteira, diversificação de culturas de subsistência, aliando aos programas voltados para a segurança alimentar.

Serão criadas oficinas práticas para o desenvolvimento de técnicas agroecológicas, que resultam no melhor aproveitamento dos recursos existentes, e da integração de atividades agropecuárias tanto para subsistência como destinadas à comercialização. Essas ações visam diminuir a dependência econômica do café por parte dos assentados, ou seja, criar mecanismos que diversifiquem a produção e de forma agroecológica.

Entre as ações agroecológicas a serem desenvolvidas estão:

- Curso sobre manejo ecológico do solo;
- Ensaio e oficinas com adubação verde para lavouras perenes e anuais;
- Produção de biofertilizantes;
- Produção de caldas para proteção de plantas;

- Produção de compostos orgânicos;
- Ensaio com compostagem, torta de mamona, esterco
- Manejos culturais para controle mecânico de plantas espontâneas
- Oficina sobre formação de custo de produção de café;
- Curso sobre integração pecuária-lavoura;
- Curso sobre a relação da segurança alimentar e os sistemas produtivos;
- Desenvolvimento de uma peça teatral com a temática da agroecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

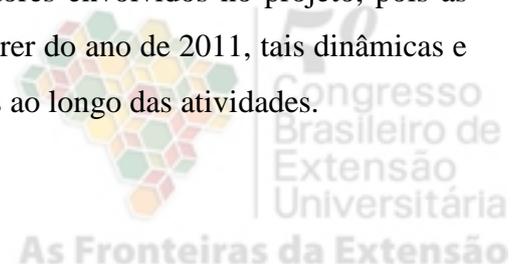
Na região do assentamento Primeiro do Sul — Campo do Meio, MG há o predomínio das culturas de café para exportação, baseadas no uso intensivo de agrotóxicos e na dependência dos agricultores inseridos nessa cadeia produtiva. Nesse sentido, o diagnóstico socioeconômico e produtivo das famílias assentadas é necessário para traçar as ações agroecológicas, de modo a respeitar as limitações e diversidades do território. O contraponto entre desenvolvimento e crescimento econômico com base na monocultura é tema de discussão entre diversos autores que trabalham com a questão agrária, destacamos Altieri (1989), Romeiro (1998), Ehlers (1999) e Almeida (1998) para defender a produção agroecológica e sustentável na agricultura.

Nesse sentido, o projeto de extensão vai de acordo com as novas políticas nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), propostas por Caporal e Costabeber (2004) no qual debatem a importância das práticas extensionistas contemplando os saberes locais e a promoção de uma agricultura ambientalmente sustentável e que vise à segurança alimentar, contribuindo para o desenvolvimento rural com vistas à análise sistêmica-integrada, ou seja, a agroecologia compreende essas características para tais objetivos.

CONCLUSÃO

Como o projeto está em andamento, não há conclusões a respeito das práticas agroecológicas no assentamento rural com os agricultores envolvidos no projeto, pois as oficinas não foram realizadas até o momento, no decorrer do ano de 2011, tais dinâmicas e trocas de saberes poderão ser analisadas e consideradas ao longo das atividades.

REFERÊNCIAS:



ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: As bases científicas da agricultura alternativa. Trad. Patrícia Vaz. PTA/FASE. Rio de Janeiro. 1989.

ALTIERI, Miguel e YURJEVIC, Andrés. La Agroecologia y el Desarrollo Rural Sostenible en America Latina. In: **Agroecologia y Desarrollo** (1): 25-44, Chile, mar 1991.

ALVES, Flamarion Dutra e SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Agroecologia em assentamentos rurais na Campanha Gaúcha: alternativas para o desenvolvimento territorial. p.212-229. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS. v.3. **Anais...** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA / DATER-IICA, 2004.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.



BIODIVERSIDADE DO CERRADO COMO GERAÇÃO DE RENDA: RELATO DAS EXPERIÊNCIAS OBTIDAS NO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS¹. ÁREA TEMÁTICA: AMBIENTE

Valmor Alovizi Júnior¹; Zefa Valdivina Pereira¹; Shaline Séfara Lopes²; Thalita de Souza Santos Abreu³; Ana Caroline Gomes Abreu³; Maria Adriana Torquete Rodrigues³; Rodolfo Portela de Souza⁴

1 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biologia Geral (UFGD)

3 Bolsista Exp C CNPq

4 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia Ambiental (UFGD)

Resumo

O Cerrado ocupa cerca de 21% do território nacional, e apesar de sua grande importância ecológica, este vêm sendo gradativamente devastado, principalmente nas frentes rurais. Uma forma de assegurar a sustentabilidade do uso da biodiversidade deste bioma e também minimizar a ocorrência de crimes ambientais é gerar experiências para os assentados, obtidas em cursos oferecidos com a utilização dos recursos naturais disponíveis em suas propriedades, propondo assim, um despertar para a pluriatividade, tornando-se um modo de sobrevivência tanto para a comunidade, quanto para o próprio Cerrado, pois estaria reduzindo problemas sociais como desemprego e o êxodo rural, permitindo assim fixação do homem no campo dignamente. Assim, este trabalho teve por objetivo relatar as experiências obtidas com execução do projeto Conservação e uso sustentável da biodiversidade do cerrado: Oportunidades e desafios para as comunidades dos assentamentos rurais da região da Grande Dourados – MS, no Assentamento Lagoa Grande, município de Dourados, Mato Grosso do Sul e com isso fornecer subsídio para sua execução em outros assentamentos inseridos no Bioma Cerrado. Nas avaliações do projeto como um todo, as famílias participantes relataram estarem satisfeitas com as novas oportunidades advindas do aproveitamento dos recursos naturais de sua propriedade, uma vez que a diversidade de mini-cursos e oficinas ofertadas garantiu a participação de toda a família, proporcionando assim, um aumento na renda familiar e conseqüentemente a restauração e conservação do cerrado da região.

Palavras Chaves: Sustentabilidade, Conservação, Assentamento.

Introdução

O Cerrado é o segundo maior e um dos mais diversos biomas do Brasil, ocupa aproximadamente 21% do território nacional e abriga cerca de 33% da diversidade

¹ Projeto apoiado pelo: PROEX da Universidade Federal da Grande Dourados, PROEXT MEC e CNPq

biológica brasileira (Aguiar et al. 2004). No entanto, a conversão de grandes extensões de vegetação nativa em pastagens e monoculturas na região Centro-Oeste, contribuiu para que o cerrado se tornasse um dos biomas mais ameaçados do mundo (Klink & Machado 2005). Ainda assim, floristicamente é considerado a savana mais rica do mundo, pela sua elevada riqueza de espécies e o alto grau de endemismo, sendo incluído na lista como um dos *hotspots* mundiais, para a conservação da biodiversidade (MITTERMEIER et al. 2005; Walter 2006).

Nesse contexto, na tentativa de assegurar a sustentabilidade do uso da biodiversidade deste bioma e minimizar a ocorrência de crimes ambientais, tem se valorizado a utilização dos recursos naturais disponíveis em diversas comunidades rurais com o intuito de gerar emprego e renda para o pequeno e o médio produtor, na obtenção de uma grande variedade de produtos que serão aliados a promoção de meios de vida sustentáveis, onde a geração de renda e a qualidade de vida estarão em consonância com a conservação dos recursos naturais (SAWYER et al., 1999).

Conforme Campanhola e Silva (2004), um despertar para a pluriatividade é necessário para a sobrevivência de populações agrárias e podem possibilitar uma nova fonte de geração de renda para as famílias, pois estaria reduzindo problemas sociais como desemprego, o êxodo rural, permitindo a fixação do homem no campo dignamente, como também a preservação do cerrado.

Sendo assim, este trabalho teve por objetivo relatar as experiências obtidas com execução do projeto Conservação e uso sustentável da biodiversidade do cerrado: Oportunidades e desafios para as comunidades dos assentamentos rurais da região da Grande Dourados – MS, no Assentamento Lagoa Grande, município de Dourados, Mato Grosso do Sul e com isso fornecer subsídio para sua execução em outros assentamentos inseridos no Bioma Cerrado.

Metodologia

O projeto foi executado no período de 2009 a 2011, no assentamento Lagoa Grande, distrito de Itahum, município de Dourados, entre as coordenadas S 21° 59' 41,8" e W 55° 19' 24,9". O Assentamento apresenta uma área de 4.111 hectares, onde vivem aproximadamente 151 famílias, das quais, 20 estão inseridas diretamente no projeto.

A vegetação natural do local caracteriza-se pelo cerrado principalmente com fisionomias mais abertas, devido a forte antropização ocorrida no local. São poucas as propriedades que se pode observar um estado mais conservado da vegetação, mesmo

assim, observa-se várias espécies de interesse econômico como o Pequi, Mangaba, Marolo, Marmelo, entre outros.

Foram ministradas palestras, mini-cursos e oficinas no intuito de demonstrar as espécies com potências de uso, bem como, capacitá-los na elaboração de produtos a partir da vegetação do cerrado. As oficinas oferecidas valorizaram a confecção de artesanatos e biojóias com matéria prima do cerrado, agregação de valor aos produtos do cerrado por fermentação, desidratação de frutos do cerrados, apicultura racional e plantas medicinais e condimentares. Além das oficinas, foram ministrados cursos sobre boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, educação ambiental, sistemas agroflorestais e recuperação de nascente.

Resultados e Discussões

A principal atividade econômica do Assentamento Lagoa Grande é a pecuária leiteira, e a maioria do leite é destinado aos laticínios, somente uma minoria de produtores agregam valor ao leite produzindo doces e queijos para a comercialização em feiras no município de Dourados.

Após os cursos e os dias de campo para o conhecimento das espécies com potencial de uso no cerrado, os integrantes do projeto tiveram contato com espécies como: guavira (*Campomanesia adamantium*), mangaba (*Hancornia speciosa*), o pequi (*Caryocar brasiliense*), a mama cadela (*Brosimum gaudichaudii*), a pimenta de macaco (*Xylopia aromatica*), o murici (*Byrsonima verbascifolia*), o baru (*Dipteryx alata*), o marolo (*Annona coriacea*), a lobeira (*Solanum lycocarpum*), o jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*) entre outras.

Posteriormente, com incentivo da equipe do projeto, os participantes começaram a acrescentar em seus doces às frutas do cerrado e em pouco tempo já estavam produzindo diversos produtos como: queijo com pequi, doce de leite com pequi, baru, marolo; geléia de mangaba e lobeira; farinha de jatobá; vinagre de guavira e murici, licores, sorvetes, pães e bolachas todos com matéria prima do cerrado disponíveis em seus próprios lotes ou em lotes vizinhos, que anterior ao projeto eram ignorados ou rotulado como venenos.

Concomitantemente a essa etapa do projeto, vários outros cursos foram oferecidos como a apicultura racional que resultou em uma unidade demonstrativa de produção de mel de floradas das espécies nativa do cerrado, onde a primeira safra já está disponível para a comercialização. A desidratação de vegetais e fermentados levou os integrantes do projeto a valorizar ainda mais seus produtos, elaborando vinhos e molhos, bem como, pequi e macaúba desidratado com maior valor agregado.

Além disso, com os cursos de educação ambiental, sistemas agroflorestais e restauração de nascente foi implantado em cada lote das famílias, pequenos sistemas agroflorestais com espécies nativas do cerrado, uma ação que teve a participação integral dessas famílias, sendo vista pelos mesmos como uma garantia de sustentabilidade do projeto no futuro por proporcionar um aumento da quantidade matéria prima, bem como, a conservação desses remanescentes.

Na região centro-oeste, outras comunidades tem produzido produtos semelhantes com a utilização dos frutos do Cerrado, como: Ceppec - Centro de produção, pesquisa e capacitação do Cerrado/Assentamento Andalucia (MS); Comunidade do Caxambu – Zona rural (GO); Assentamento Colônia I (GO); Cenesc - Centro de estudos e exploração sustentável do Cerrado (GO); ATIX - Associação Terra Indígena Xingu (MT), dentre outras (NORDESTE E CERRADO, 2011).

Todos esses produtos oriundos do cerrado são comercializados duas vezes por mês em uma pequena feira na Universidade. O deslocamento até o local ainda é subsidiado pelo projeto, uma vez, que as condições de transporte no assentamento ainda são muito precárias. Além dessa feira, os integrantes do projeto são convidados a comercializar seus produtos em todos os eventos promovidos pela universidade ou outras entidades tanto no município como na região.

Durante a safra dos frutos do cerrado que vai desde setembro até janeiro, verifica-se que todos os membros familiares participam das coletas, isso se constitui em um viés promissor, pois fortalece o grupo, a partir da participação dos envolvidos na busca por um objetivo comum. Outro ponto forte verificado, é que várias outras famílias que não se interessaram em participar do projeto de forma efetiva, durante a safra, coletam e vendem os frutos para os membros do projeto. Dessa forma, o projeto já esta gerando uma pequena renda para os demais membros da comunidade, além de incentivar um maior número de famílias a conservar e recuperar os pequenos fragmentos de cerrado ainda existente em seus lotes.

A renda média dos familiares envolvidos no projeto, passou de apenas um salário mínimo para quase dois salários o que é bastante significativo. A necessidade de alternativas frente ao processo produtivo capitalista são fundamentais à sobrevivência e permanência dos assentados em áreas rurais. Nas avaliações do projeto como um todo, as famílias participantes relataram estarem satisfeitas com as novas oportunidades advindas do aproveitamento dos recursos naturais de sua propriedade, uma vez que a diversidade de mini-cursos e oficinas ofertadas garantiu a participação de toda a família, proporcionando

assim, um aumento na renda familiar e conseqüentemente a restauração e conservação do cerrado da região.

Conclusão

A comunidade demonstrou uma boa aceitabilidade dos novos produtos, tanto que já começaram a obter as primeiras rendas a partir dos frutos do cerrado, e demonstram dar continuidade na utilização dos frutos do cerrado e na preservação dos mesmos em suas propriedades.

A busca por formas e alternativas viáveis para a manutenção dos assentados em seus lotes é condição fundamental para a comprovação de que a reforma agrária realizada e efetivada com seriedade. Além disso, somente através de medidas racionais de aproveitamento, manejo e uso sustentável do cerrado este não desaparecerá por completo em pouco tempo dessa forma, trabalhos dessa natureza deveriam ser incentivados e reproduzidos em outras comunidades de assentamentos rurais dentro do Bioma Cerrado.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, L.M.S., MACHADO, B.M.; MARINHO-FILHO, J. A Diversidade Biológica do Cerrado. In: **Cerrado: ecologia e caracterização** (L.M.S. Aguiar & A.J.A Camargo, eds.). Embrapa Cerrados, Planaltina, p.17-40, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO, J. S. **O novo rural brasileiro** – rendas das famílias rurais. Brasília: EMBRAPA, 2004.

KLINK, C.A. & MACHADO, R.B. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conserv. Biol.** v.19, n.3, p.707-713, 2005.

MITTERMEIER, R.A., ROBLES, P., HOFFMANN, M., PILGRIM, J., BROOKS, T., MITTERMEIER, C.G., LAMOREUX, J. & FONSECA, G.B. Hotspots Revisited: earth's biologically richest and most endangered ecoregions. Conservation International, Mexico City, 2005.

NORDESTE E CERRADO. **Cerrado: comunidades eco-produtivas**. Disponível em: <<http://www.nordestecerrado.com.br/categoria/cerrado/page/2/>>. Acessado em 26 mai. 2011.

SAWYER, D. et al. **Extrativismo vegetal no Cerrado: análise de dados de produção, 1980-1993**. Brasília: ISPN/CMBBC. 9p., 1999.

WALTER, B.M.T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Como fazer da agricultura familiar uma gestão sustentável dos negócios: aspectos ambientais e gerenciais da produção

Alessandra de Araújo Benevides
Mestra em Economia
Curso de Ciências Econômicas (UFC / Sobral)
alesandra@ufc.br

Semíramis Oliveira Luz
Graduada em Geografia
Curso de Especialização em Educação Ambiental (URCA)

Cybele Gouveia Calazans
Graduada em Comunicação Social
Especialista em Jornalismo Cultural (Estácio de Sá)

INTRODUÇÃO:

Esse projeto é voltado à agricultura familiar praticada no município de Sobral, região norte do Ceará. Esta área sofre um processo intenso de desertificação que se agrava com a utilização de técnicas rudimentares e prejudiciais ao meio ambiente, como queimadas, por exemplo. Trata-se de um trabalho interdisciplinar, com viés extensivo e de pesquisa, que possui nas ações de educação ambiental e de gestão de negócios a base para a gestão sustentável da agricultura familiar. Práticas educativas norteiam os aspectos gerenciais da produção que são trabalhados por outras áreas do projeto (economia e comunicação). O projeto é apoiado pelo CNPq, iniciou-se em janeiro de 2011 e terá 30 meses de duração.

OBJETIVO(s):

O objetivo principal é sensibilizar comunidades agrícolas de Sobral para a prática sustentável de produção. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: Identificar o nível de organização e conhecimento acerca de princípios de práticas ecológicas; despertar a comunidade quanto à valorização dos gêneros alimentícios produzidos em harmonia com o meio ambiente; formar na comunidade agentes multiplicadores que disseminem e perpetuem o ideário do projeto; consolidar o conceito de gestão eficiente

do negócio agrícola; além disso, por meio de ações de comunicação social, busca-se formar entre os consumidores locais a cultura de escolher alimentos mais saudáveis.

METODOLOGIA:

Pesquisa exploratória com métodos quantitativos e qualitativos. Os procedimentos são: Realização de diagnóstico socioambiental por meio da aplicação de formulário em três distritos do município de Sobral, quais sejam: Jaibaras, Jordão e a própria sede - perfazendo um total de 600 famílias em sete comunidades - e aplicação de oficinas e palestras de sustentabilidade para formar agentes de educação ambiental - que serão multiplicadores dentro das comunidades para prática harmônica da agricultura familiar com o meio ambiente. Algumas palestras são proferidas por agentes das próprias comunidades sobralenses que estão em estágio mais avançado no que tange à prática sustentável da produção. Em relação à gestão de negócios, serão oferecidos um mini curso e palestras sobre como gerir de forma eficiente e sustentável o negócio agrícola. Na área de comunicação social, as ações fundamentais envolvem a gravação e divulgação de 60 programetes de rádio, com duração de três minutos, que servirão para envolver os próprios agricultores familiares e atingir o público alvo de consumo desses gêneros alimentícios. O projeto deverá gerar uma marca que possa ser utilizada pelos agricultores que têm práticas sustentáveis de produção para que os produtos sejam reconhecidos e valorizados pelos consumidores. Em relação à pesquisa, será possível, com a aplicação do software Data Envelopment Analysis (DEA), identificar a família com utilização mais eficiente dos insumos, a qual diremos que está na fronteira de produção das comunidades analisadas e tomá-la como paradigma para os outros agricultores. Será possível também saber a que distância da “fronteira” estão as outras famílias entrevistadas no diagnóstico socioambiental.

RESULTADOS:

O projeto encontra-se na primeira fase, de diagnóstico socioambiental. Até o momento, foram realizadas visitas a campo para percepção dos principais problemas encontrados nas comunidades, bem como avaliação do grau de tecnologia e conhecimento sobre aspectos ambientais e gerenciais da produção agrícola. O que foi percebido nos primeiros contatos é que as comunidades já possuem conhecimento prévio de princípios da agricultura ambientalmente sustentável, mas que esse conhecimento ainda não é praticado em algumas fazendas e sítios. Entretanto, esta prática sustentável é recente, pois tem, no máximo, dois anos que foi iniciada. O projeto vem para reforçar o trabalho

de entidades parceiras como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Emartece).

CONCLUSÃO:

No tocante à identificação do nível de conhecimento dos agricultores de princípios ecológicos pode-se concluir, até o momento, que existe um dado grau de consciência ambiental, no entanto, identificamos diferenças entre as comunidades na disponibilidade em adotar práticas sustentáveis de produção. Foram identificadas comunidades dentro um mesmo distrito que são díspares quanto à utilização de técnicas sustentáveis de plantio.

PALAVRAS –CHAVE: Agricultura Familiar, Educação Ambiental, Sustentabilidade.



DA UNIVERSIDADE AO CAMPO: A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Área Temática

Trabalho – Desenvolvimento Regional

Responsável pelo trabalho

Glaucia dos Santos Marques¹;

Instituição

Faculdade de Ciências Agrônômicas – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCA - UNESP), Botucatu.

Nome dos Autores

Marina Fagundes do Val²; Patrícia Camparo Avila³; João Arthur Pompeu Pavanelli⁴; Lin Chau Ming⁵

Resumo

O grupo de Agroecologia Timbó juntamente com a Escola Popular Rosa Luxemburgo desenvolve um projeto no município de Iaras onde estão sediados quatro assentamentos rurais da reforma agrária. O grupo busca uma construção participativa do conhecimento agroecológico através da troca entre os saberes científicos e tradicionais, tendo como foco a organização dos estudantes e desenvolvimento sócio ambiental do local e dos agricultores. São desenvolvidas atividades de extensão rural com base nas demandas obtidas a partir da realidade dos agricultores beneficiados pelo projeto.

Palavras chave: agroecologia, metodologias participativas, desenvolvimento sócio ambiental

Introdução

O processo de modernização da agricultura no Brasil, difundido na década de 70, através do crédito rural incentivado pelo Estado abrangeu não apenas mudanças de ordem técnica para o meio rural como também a organização da produção, efetivando a participação do Brasil no setor agroindustrial e fazendo vigorar até hoje sua importância na divisão internacional na produção de commodities para exportação. (Rodrigues, 2008)

O atual modelo de produção convencional realizado pelas grandes empresas (agronegócio) coloca em risco a vida de milhões de pessoas e do planeta na busca do lucro, da produção, da comercialização e principalmente da especulação do alimento (Caporal, 2006)

A análise compilada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) com base no Plano Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) de 2008 retrata uma situação: das 8 milhões de famílias que vivem no campo, 2 milhões de famílias sobrevivem com menos de 1 salário mínimo mensal.

Vê-se na agricultura familiar o potencial de conservar e recuperar as riquezas naturais através da Agroecologia, ciência transdisciplinar e em constante desenvolvimento com novos princípios éticos, sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais, que traz uma reflexão ao modelo produtivo e propõe outra forma de compreender os agroecossistemas, que conciliam as necessidades do agricultor em desenvolver sua unidade produtiva, com geração de renda, conservação e recuperação ambiental. (Altieri, 2002)

Os dados levantados pelo censo agropecuário de 2006 do IBGE retratam que 43% propriedades com mais de 1000 hectares são ocupadas por estabelecimentos rurais e que, apesar disso, grande parte dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar, mostrando, assim, sua eficiência na produção de alimentos.

O Grupo Timbó caracteriza-se por uma iniciativa de protagonismo estudantil. Fundado em 1998, conta hoje com uma equipe multidisciplinar de estudantes cujo objetivo é estudar, praticar e disseminar a agroecologia. Tem como base de estudos uma área experimental sediada na Faculdade de Ciências Agrônômicas – UNESP – Botucatu, SP onde são realizadas pesquisas em 08 áreas temáticas diferentes.

A região de Iaras, onde estão localizados muitos assentamentos, segundo dados da CATI – Lupa 2007/2008, apresentam 345 unidades produtivas. Deste total, a maioria tem área entre 10 e 20 hectares e 302 unidades produtivas tem a mão de obra familiar como meio para manter as atividades agrícolas. Além disso, 58,9% dos produtores não tem acesso à assistência técnica e 61,0% faz uso do crédito rural.

Visto que, muito do conhecimento disseminado nas instituições de ciências agrárias são vinculados à ideologia da modernização conservadora da agricultura, a consolidação de grupos de agroecologia e o incentivo a formação de agentes de ATER, em instituições de ensino, vem a ser uma forma de expandir o conhecimento agroecológico nas diversas áreas do saber e formar uma rede de profissionais de instituições que trabalham com agroecologia.

O trabalho realizado tem como objetivo a construção do conhecimento agroecológico através do trabalho conjunto entre instituições de ensino, pesquisa, extensão, agricultores e profissionais da área da agroecologia, tornando sua relevante através da capacitação dos beneficiados pelo projeto.

Metodologia

Os beneficiários diretos do projeto são estudantes de graduação organizados no grupo Timbó de estudos e extensão em agroecologia e agricultores do assentamento Rosa Luxemburgo. Para cumprir com o objetivo estratégico, apresenta-se neste projeto uma metodologia que privilegia o envolvimento e a participação ativa dos atendidos pelo projeto na maior parte das atividades.

Dentro de uma perspectiva metodológica geral do projeto, incluem-se procedimentos diretamente relacionados ao método científico, os métodos de pesquisa, monitoramento e avaliação participativa e ao diálogo entre os saberes dos técnicos e agricultores, através da aplicação de métodos mistos de experimentação e construção do conhecimento de base ecológica (ARNING, 2001).

Quando se usa o termo “metodologia participativa”, fala-se de um conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental da participação.

Além disso, as metodologias previstas visam à formação de uma unidade de referência para disseminação do conhecimento agroecológico no assentamento. Sendo este local utilizado para realização de mutirões, visitas e troca de experiência. Em primeiro momento foi realizado diagnóstico entre os agricultores que iriam receber a terra no

assentamento Rosa Luxemburgo por meio de um questionário formulado pelos técnicos em agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que atuam na área. Posteriormente houve um reconhecimento da área onde seriam assentados os agricultores, situado em torno da Escola Popular Rosa Luxemburgo.

Com base nos diagnósticos realizados, foi possível a observação das demandas de interesse coletivo dos assentados. Tais demandas estão intimamente relacionadas com a situação atual da área em questão que se encontra degradada devido à exploração inadequada dos recursos ambientais.

Desta forma, através de um planejamento, foram propostas oficinas que atendam a demanda dos assentados e das necessidades verificadas na área com temáticas de ordem técnica e conceituais através dos princípios da agroecologia.

Atividades

- ❖ Realização de reunião semanal com os alunos membros do grupo Timbó
- ❖ Realização de reunião mensal do grupo com os membros da escola no assentamento.
- ❖ Realização de 6 seminários/oficinas com agricultores assentados;
- ❖ Realização de 6 reuniões de avaliação após o término das atividades programadas;
- ❖ Realização de 2 dias de campo com agricultores assentados;
- ❖ Avaliação conjunta periódica das atividades realizadas, entre o Grupo Timbó, participantes das oficinas, membros e técnicos da Escola Popular Rosa Luxemburgo.

	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Reuniões iniciais	x	x										
Diagnóstico		x	X	x								
Reunião de planejamento			X	x	X	x	x	x	x	x		
Instalação unidade de referência			X	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Realização de oficinas					X		x	x	x	x	x	
Elaboração de relatório												x
Atividades complementares						x					x	
Reuniões de avaliação					X	x	x	x	x	x	x	

Resultados e Discussão

- De acordo com o cronograma inicial, foi determinada a área da Escola Popular Rosa Luxemburgo como unidade de referência.
- O planejamento das intervenções agroecológicas na área - construído coletivamente por estudantes, assentados, técnicos e dirigentes - complementou-se às ações da Escola Popular Rosa Luxemburgo.
- As oficinas foram realizadas com a presença de agricultores do assentamento Rosa Luxemburgo e de outros assentamentos da região. Com isso as trocas de experiências entre os agricultores foram facilitadas e verificou-se um aumento no interesse dos assentados na participação dos espaços das oficinas.
- Houve a consolidação do grupo Timbó através da capacitação em pesquisa e extensão agroecológica dos estudantes facilitadores do trabalho.

- Observou-se a interiorização da construção coletiva do conhecimento agroecológico e intensa participação dos sujeitos envolvidos no projeto.
- Espera-se a capacitação dos agricultores, com habilidade para trabalhar e gerar recursos que viabilizem a autonomia da família através de sistemas produtivos complexos e que as experiências em agroecologia sejam multiplicadas.

O Grupo de Agroecologia Timbó tem se consolidado com sucesso, contando com o ingresso de novos membros de diferentes cursos garantindo a multidisciplinaridade dos saberes.

Com o decorrer do tempo, membros do grupo se graduam sendo necessária a reciclagem do mesmo. É de extrema importância a inserção de novos estudantes interessados em atuar na agroecologia para que futuramente, tornem-se profissionais aptos em trabalhar com metodologias participativas em assistência técnica e extensão rural.

Atividades complementares foram realizadas para além do que fora proposto no projeto, como a participação dos estudantes, técnicos e assentados na 10ª Jornada de Agroecologia, evento importante realizado pela Via Campesina, que atraiu aproximadamente 4000 assentados que se articulam por todo país na construção do conhecimento agroecológico.

Tem-se hoje a Escola Popular Rosa Luxemburgo como uma referência para estudantes e assentados.

Visitas frequentes foram realizadas tanto dos técnicos da Escola Popular Rosa Luxemburgo à universidade, quanto dos estudantes às áreas dos assentamentos possibilitando o contato da universidade com a realidade do campesinato e a presença dos agricultores na universidade.

Reflexões à cerca da questão agrária brasileira foram amplamente discutidas possibilitando um acúmulo crítico do debate na universidade, que na maioria das vezes, multiplica as tecnologias adaptadas às transnacionais do agronegócio e pouco privilegia a construção do conhecimento para a agricultura família.



Figura 1 - Oficina realizada na Escola Popular Rosa Luxemburgo - Iaras.



Figura 2 - Integrantes do Grupo Timbó, membros da Escola e Assentados da região de Iaras

Conclusão

Pode-se concluir que o interesse dos assentados em trabalhar com a recuperação das áreas, com a produção ecológica e sustentável dos alimentos, e a ausência de assistência técnica voltada para área agroecológica serviu como estímulo para o desenvolvimento do trabalho e participação dos envolvidos.

A partir das metodologias propostas, há perspectivas favoráveis para organização dos agricultores em associações e cooperativas, possibilitando a soberania e segurança alimentar e aumento da renda de maneira sustentável, a partir das atividades individuais e coletivas realizadas nas unidades produtivas.

Houve grandes trocas de experiências entre todas as partes, acarretando um estreitamento das relações entre a universidade e aspectos que não estejam inclusos dentro de um panorama convencional de produção.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002, 592 p.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: Matriz multidisciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF, abril de 2006.

RODRIGUES, S. D. L. Uma proposta de avaliação das principais influências geradas pelas práticas agroecológicas em agroecossistemas. Santa Maria, RS, Brasil, 2008.

GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DOS LENÇÓIS/MUNIM: UMA ANÁLISE EXTENSIONISTA

Área temática: Comunicação

Responsável: Jhonny Santos

Universidade Estadual do Maranhão

Jhonny Santos da Silva¹

Tainan dos Santos Pereira²

Tatiana de Jesus Ferreira Pereira³

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar os dados coletados sobre o Território da Cidadania Lençóis Maranhenses/Munim no quesito Capacidade Institucional. Para isto utilizamos as informações colhidas pelo projeto de extensão e pesquisa Sistema de Gestão Estratégica (SGE), executado pelo Laboratório de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão (LABEX/UEMA). Conforme os relatórios do SGE, o trabalho fará uma análise dos números apresentados pela pesquisa e como essas informações podem ser úteis no processo de Gestão Social no CODETER. Limitando-se à composição institucional do CODETER, para coleta dos dados foram utilizadas entrevistas fechadas, através do Questionário 3 (Q3) aplicado exclusivamente aos membros do Colegiado que, também tem o intuito de realizar o Acompanhamento da Gestão do Colegiado para análises das relações de comunicação entre o SGE e o CODETER. Conforme o Relatório SGE (2011), o Índice de Capacidade Institucional resultou em 0,301, o que é considerado médio-baixo. Um dos itens considerado médio-alto foi o Acompanhamento da Gestão do Colegiado correspondendo a 0,614, enquanto que os outros 7 itens variaram de 0,193 a 0,501. Diante dessas informações, concluímos que há uma lacuna entre as informações coletadas e sistematizadas pelo SGE e o acesso dos membros do Colegiado a estes dados, o que se caracteriza como um desafio para ambos.

Palavras-chaves: CODETER. Território Lençóis Maranhenses/Munim. SGE

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional/UEMA e Bolsista pelo LABEX/SGE

² Graduando em Agronomia e extensionistas/pesquisador pelo LABEX/UEMA

³ Graduanda em Engenharia de Pesca e bolsista pelo LABEX/UEMA



INTRODUÇÃO

Conforme o MDA, os territórios da cidadania têm objetivos de...

...promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (2005).

Foi a partir dessa concepção e análises que os diversos segmentos da sociedade, tanto civil quanto do poder público reivindicaram o reconhecimento da região dos Lençóis Maranhenses e Munim como um território emergente de políticas públicas.

O presente artigo tem por finalidade apresentar os dados coletados sobre o Território da Cidadania Lençóis Maranhenses/Munim no quesito Capacidade Institucional. Para isto serão utilizadas as informações colhidas pelo projeto de extensão e pesquisa Sistema de Gestão Estratégica (SGE) executado pelo Laboratório de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão (LABEX/UEMA).

Aprovado no primeiro semestre de 2010, o projeto SGE visa: i) promover e facilitar o acesso a informações que subsidiem a gestão territorial; ii) realizar avaliação da gestão, de resultados e de impactos da política; e iii) disponibilizar instrumentos para melhorar a qualidade dos investimentos públicos e o controle social.

Para isso, se faz necessário uma articulação própria entre o CCA (Centro de Ciências Agrárias) da UEMA, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); ETHOS Assessoria, Consultoria e Capacitação; Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica (COOSPAT) e Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário (DMDA).

Para efeito deste trabalho, nos ateremos à relação entre o SGE e o CODETER ao longo de 12 meses de execução do projeto. Nesse contexto e conforme os relatórios do SGE serão analisados os números apresentados pela pesquisa e como essas informações podem ser úteis no processo de Gestão Social desses sujeitos membros do Colegiado.

MATERIAL E METODOLOGIA

O espaço de análise desse trabalho situa-se nos 12 municípios que compreende o Território dos Lençóis/Munim. O território se organiza a partir de um Colegiado formado de acordo com a primeira tabela:

Tabela 1 – Composição do Colegiado



Representação Social	Nº de entidades plenária
Conselhos	4
Poder público estadual	2
Poder público municipal	20
Sociedade civil	34
Total	60

Fonte: pesquisa de campo/sge.mda.gov.br

O SGE é composto de 6 questionários que foram aplicados, coletados e sistematizados na primeira etapa do projeto que correspondeu a 12 meses. Na segunda etapa serão aplicados novamente os 6 questionários onde serão comparados as mudanças ocorridas ao longo do intervalo de aplicação.

O universo desse trabalho se limita à formação institucional do CODETER. Para coleta dos dados foram utilizados entrevistas fechadas, através do Questionário 3 (Q3) aplicado exclusivamente aos membros do Colegiado.

No que diz respeito ao Acompanhamento da Gestão do Colegiado foram aplicados 81% de 96 Q3 no primeiro semestre de 2011

O item Acompanhamento da Gestão do Colegiado e outros oito compõem o Índice de Capacidade Institucional do Território. O índice varia de 0 a 1, significa dizer que quanto mais próximo de 1 maior o grau de Gestão Social por este termo podemos,

Identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores não apenas governamentais, mas de organizações não-governamentais, associações, fundações, assim como algumas iniciativas partindo mesmo do setor privado e que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa (FRANÇA FILHO, 2003).

Para Dowbor (2005) “os paradigmas da gestão social ainda estão por ser definidos ou construídos”. É uma gigantesca área em termos econômicos, de primeira importância em termos políticos e sociais, mas com pontos de referência organizacionais ainda em elaboração.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Território abrange uma área de 14.374,90 Km², e é formado por 12 municípios: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Icatu, Humberto de Campos, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro. A população total do território é de 236.903 habitantes, dos quais 154.750 vivem na área rural, o que

corresponde a 65,32% do total. Possui 12.286 agricultores familiares, 8.640 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,57.

Conforme o Relatório SGE (2011), o Índice de Capacidade Institucional resultou em 0,301, o que é considerado médio-baixo. Um dos itens que garantiu essa elevação foi o de Gestão do Colegiado correspondendo a 0,612, enquanto que os outros 7 variaram de 0,193 a 0,501.

Tabela 02. Indicadores de Capacidades Institucionais

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,301	Médio Baixo
1. Gestão dos Colegiados	0,614	Médio Alto
2. Capacidades Organizacionais	0,274	Médio Baixo
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,193	Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,241	Médio Baixo
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,264	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,501	Médio
7. Iniciativas Comunitárias	0,281	Médio Baixo
8. Participação	0,381	Médio Baixo

Fonte: sge.mda.gov.br

A tabela 02 apresenta que o nível de organização do Colegiado ainda é insuficiente para o que se propõe as políticas territoriais. O fortalecimento do processo de Gestão Social que se dá com uma intensa participação de todos os segmentos da sociedade é considerado médio baixo (0,381). Isto, na prática, representa que há, ainda, pouco envolvimento tanto do poder público quanto da sociedade civil.

Conforme o ex-Articulador Territorial (em entrevista a estes autores) acontece uma inversão no processo de gestão social do território, pois, enquanto na constituição inicial do território houve maior participação da sociedade civil, na consolidação/homologação do território o poder público se envolve mais.

Conforme Santos (2011), a maior dificuldade para conclusão do Q3 foi a localização dos membros do Colegiado – pessoas que desistiram, organizações que não indicaram outro representante, assembléias irregulares, etc.

De posse desses dados, o Labex, através do projeto SGE deverá desenvolver estratégias que fomentem a comunicação entre os diversos sujeitos que circundam o universo do Colegiado. Fazer com que estas informações cheguem a todos os membros do Colegiado é o desafio do SGE. Um setor de comunicação que dialogue diretamente com o Colegiado será fundamental para dissolver as barreiras que limitam a difusão dessas informações.

CONCLUSÃO

Concluimos, parcialmente, que as informações geradas pelas pesquisas desenvolvidas junto ao Território são diversas e que necessitam de um melhor aproveitamento e otimização. Para isto, a relação entre SGE e CODETER deverá ser fortalecida através da comunicação entre os diferentes sujeitos que se complementam nas suas diversas necessidades. Portanto, finalizamos ressaltando a emergência da criação de um setor de comunicação do SGE junto ao Colegiado para que a coleta e sistematização dessas informações não se percam em banco de dados disponíveis apenas para técnicos/alunos/professores.

REFERÊNCIAS

- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Gestão Estratégica: Capacidades Institucionais**: manual de orientação. SDT. Brasília, 2011;
- SANTOS, I. J. P. **Relatório de Pesquisa: Capacidades Institucionais**. São Luis. Labex/UEMA, 2011;
- SANTOS, I. J. P. **Relatório de Pesquisa: Identidade Territorial**. São Luis. Labex/UEMA, 2011;
- Ministerio do Desenvolvimento Agrário. **Plano de desenvolvimento Rural Sustentável: Território Lençóis Maranhenses/Munin**. Maranhão, 2005;
- DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. **Portal Setor3**. Disponível em: <http://www.setor3.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2010.
- FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social: um conceito em construção. In: Colóquio Internacional Sobre Poder Local, IX, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2003.



INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE QUILOMBOLA ATRAVÉS DE REMÉDIOS E COMIDAS NO LIMOEIRO DO BACUPARÍ

Autores

José Maria Wiest¹; Heloisa Helena Chaves Carvalho¹; Ingrid Bergman Inchausti de Barros²; Cesar Augusto Marchionatti Avancini³; Manoel Boeira de Oliveira⁴.

¹ Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFRGS;

² Faculdade de Agronomia da UFRGS;

³ Faculdade de Veterinária da UFRGS;

⁴ Associação Comunitária Quilombola do Limoeiro, Bacuparí, Palmares do Sul/ RS;

Resumo

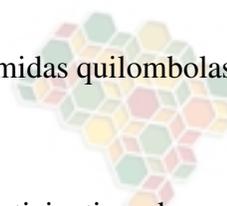
São apresentados saberes, fazeres e sentimentos protagonizados em seu cotidiano pela comunidade remanescente quilombola do Limoeiro do Bacuparí em Palmares do Sul, RS, relacionados a recursos naturais como as plantas medicinais e os remédios delas consequentes, por alimentos e comidas, ancoradas na memória de uma ancestralidade marcada por uma relação concreta, profunda e autêntica com o mundo natural, apesar de sua história plena de sofrimento e exclusão. A partir da realidade concreta das chácaras quilombolas tradicionais, através de metodologia etnográfica participativa, doze núcleos familiares, interagindo com quatro docentes pesquisadores, com mestrandos, doutorandos e graduandos, resgataram e sistematizaram conhecimentos, habilidades de uso e significados relacionados a 156 plantas medicinais tradicionais, totalizando 822 indicativos de uso, registrados no livro *Plantas medicinais e condimentares...* Prosseguindo no estudo, foram resgatados 136 indicativos de alimentos e alimentação, relacionados ao que comem e ainda comem, ao que comem e não comem mais, ao que comem atualmente, mas não comem, entre outros, registrados no livro *Alimentos e Alimentação...* Recentemente, considerando o excedente de carnes produzido na comunidade e o resgate da tradição quilombola de sua manufatura artesanal e de seu aproveitamento diversificado, foram desenvolvidos embutidos e defumados de ovinos, os quais, acrescidos aos sarrabulhos, morcilhas, guizados, espinhaços, farofas e paçocas... foram submetidos à análise sensorial tutorada, sendo todos estes procedimentos estabelecidos participativamente em *Cartilha de Boas Práticas Para a Comunidade Quilombola na Manipulação de Carne de Ovelha e Elaboração de Alimentos Derivados*, bem como documentados em álbum de receitas denominado *Comidas Quilombolas no Limoeiro do Bacuparí*.

Palavras-chave

saberes e fazeres quilombolas; remédios quilombolas; comidas quilombolas;

Introdução

Este trabalho apresenta resultados do resgate participativo de conhecimentos, de habilidades e de sentimentos relacionados a recursos naturais como as plantas medicinais e os remédios delas decorrentes, aos alimentos e à alimentação, integrados ao cotidiano de famílias remanescentes quilombolas no Limoeiro do Bacuparí, Município de Palmares do



50
Congresso
Brasileiro de
Extensão
Universitária

Sul, região litorânea, peninsular, do Rio Grande do Sul, Brasil. Esta comunidade apresenta uma ancestralidade e contemporaneidade rica e singular, historicamente marcada pela resistência à opressão e à exclusão, quicás sobrevivente às contingências de seu entorno, comunidade esta inserida num contexto sócio-cultural e econômico explicitamente concentrador, excludente e mesmo, sutilmente discriminatório, ecologicamente singelo e parcimonioso, contexto este crescentemente fragilizado, enquanto oscila entre a exploração pecuária tradicional extensiva e a monocultura contemporânea do arroz.

Durante muitos anos, desde que foram trazidos para esta região do litoral gaúcho como escravos, na expansão e ocupação do território sul-brasileiro pelos colonizadores lusos, apesar da exclusão e da submissão historicamente impostas pelo dominador colonialista, com conseqüências perceptíveis até os dias atuais, a convivência e o trabalho dos homens e das mulheres afrodescendentes com o mundo natural do Limoeiro e sua biodiversidade foi significativamente intensa, produtiva e interessante. O resgate participativo destes saberes e fazeres permite identificar tênues raízes africanas, todavia expressas pelas formas peculiares de juntar e agregar os diferentes ingredientes e produtos de que dispõe, prevalecendo, outrossim, o gosto pela coleta e pela extração dos recursos diretamente da natureza, como o faziam outrora em seu continente de origem.

Os resultados aqui apresentados foram produzidos por muitas mãos, por diferentes olhares e por variados sentimentos. Por um lado, doze núcleos familiares da Comunidade Remanescente Quilombola do Limoeiro, representada por 42 parceiros-informantes. Por outro lado, quatro docentes-pesquisadores da UFRGS, das áreas de alimentos, de produção vegetal e de saúde animal, além de seis mestrandos e doutorandos em Ciência e Tecnologia de Alimentos e em Medicina Veterinária, bem como seis graduandos em engenharia de alimentos, agronomia e medicina veterinária.

Os estudos se concretizaram através do financiamento de três projetos de pesquisa e desenvolvimento submetidos ao CnPq: - processo nº 50.5753/ 2004-9, relacionado a *Potencial multifuncional, medicinal e zootécnico, de plantas com indicativo etnográfico por comunidade negra rural litorânea do RS*; - processo nº 409611/2006-9, relacionado a *Saberes e fazeres, agravos e cuidados: ancestralidade e contemporaneidade quilombola no Limoeiro, Bacuparí, em Palmares do Sul,RS*; - processo nº 559760/2008-6, relacionado a *Saberes e sabores relacionados a carnes e derivados na agricultura familiar quilombola no litoral do RS*.

Este trabalho objetiva, à luz dos paradigmas da atenção básica em saúde e em desenvolvimento, uma reflexão sobre o resgate participativo, sobre a (re)apropriação e a (re)inserção na realidade concreta das comunidades remanescentes quilombolas, dos saberes e dos fazeres tradicionais relacionados com a natureza, com o mundo natural enquanto fonte sustentável de vida, reforçando, prioritariamente, a sua identidade e o seu protagonismo como comunidades tradicionais. O trabalho objetiva, outrossim, oportunizar a conexão deste cativante patrimônio cultural e biológico às atividades acadêmicas enquanto promotoras de cidadania plena.

Material e Metodologia

Doze núcleos familiares integrantes da Comunidade Remanescente Quilombola do Limoeiro, localizada na Estrada da Cavalhada, distrito de Bacuparí no município de



Palmares do Sul, região litorânea do Rio Grande do Sul, entre a Lagoa dos Patos e o Atlântico, englobando 42 parceiros-informantes, participaram deste trabalho no ambiente das tradicionais chácaras espalhadas na planície, verdadeiras ilhas de agrobiodiversidade, de manutenção de recursos genéticos, de conhecimentos tradicionais sobre agricultura familiar, alimentação, saúde, constituindo-se centros de convergência de variadas tradições culturais .

Num primeiro momento, a coleta, a sistematização e a análise das informações que emergiram durante os estudos, foram realizados pelo método de etnografia rápida (ETKIN, 1993), utilizando-se roteiros de entrevistas semi-estruturadas segundo HAGUETTE (1990) e NETO (1992), através do qual é oportunizado ao parceiro-informante descrever livremente a sua experiência pessoal com os temas em estudo, complementando-se os dados com uma síntese da caracterização sócio-cultural e econômica dos participantes. Os dados das entrevistas foram submetidos à categorização segundo GOMES (1996), TRIVIÑOS(1982) e SELTIZ (1965). O Presidente da Associação Comunitária Quilombola do Limoeiro, na qualidade de co-autor, bem como de parceiro-informante, firmou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido segundo CLOTET et al. (2000), concordando com a participação coletiva neste estudo e a publicação dos dados e resultados aferidos, permanecendo com a Associação uma cópia deste Consentimento, bem como cópias de todas as publicações resultantes.

Considerando a relativa distância física entre as chácaras dos diferentes núcleos familiares que se propuseram a participar do resgate e da sistematização dos diferentes saberes e fazeres envolvidos, bem como considerando a necessidade de conhecer ao vivo os diferentes recursos naturais envolvidos no estudo, no espírito do “ver, ouvir, fazer, relatando”, agendaram-se, num segundo momento, diferentes encontros, tantos quantos necessários, estendendo-se esta fase do trabalho por vários meses, em cada um dos três projetos específicos. Após a sistematização genérica dos saberes e fazeres prospectados, os núcleos familiares continuaram sendo o local e a referência para o discernimento sobre os remédios a partir das plantas medicinais, as comidas em geral, bem como os alimentos relacionados às carnes excedentes, com indicativos mais específicos quanto à sua produção e colheita, as preparações, os ingredientes, a qualificação como iguarias, a historicidade envolvida, os significados e as percepções, inclusive sensoriais... atividades estas desenvolvidas sob a forma de encontros, de oficinas, em pequenos grupos, no contexto e no espaço familiar das chácaras.

Resultados e Discussões

Os parceiros-informantes identificaram e caracterizaram 156 plantas como medicinais, condimentares ou aromáticas, totalizando 822 indicativos de uso como remédio, sendo que 45 destas plantas tiveram mais especificamente indicação antimicrobiana ou cicatrizante. Estes saberes e fazeres foram assim sistematizadas: - as plantas classificadas em ordem alfabética, segundo sua denominação popular, indicando a parte da planta utilizada, o estado da planta, a forma de uso, em que situação usar e a identificação do parceiro-informante; - as plantas classificadas em ordem alfabética segundo seu uso, o nome popular da planta, a parte da planta utilizada, o estado da planta, a forma de uso e a identificação do parceiro-informante; - as plantas classificadas em ordem alfabética segundo seu nome popular, o gênero e a espécie botânicos, o taxionomista e a

família botânica. Dando continuidade ao trabalho com as plantas medicinais foram desenvolvidas diversas oficinas com o objetivo de socialização dos saberes e fazeres resgatados, nas próprias chácaras ou na sede da Associação, para a montagem de exsicatas e de herbário com as plantas locais, bem como para a manufatura de diferentes remédios representados por diferentes xaropes, por *arniques*, pomadas, xampus e sabões, além da implantação através de diferentes mutirões, de um horto demonstrativo experimental, comunitário, junto à sede da Associação.

Prosseguindo, num segundo projeto, foram resgatados 136 indicativos etnográficos envolvendo alimentos e alimentação, dos quais 87 relacionados ao que comiam e ainda comem, 23 relacionados ao que comiam e não comem mais, bem como 26 referentes ao que comem atualmente, mas não comiam. Cinquenta outros indicativos resgatados foram relacionados aos animais como fonte de alimentos, ao armazenamento e estocagem que praticavam e, todavia praticam, bem como à produção de alimentos para consumo próprio nas chácaras ou para agregação de valor à renda familiar. A combinação de diferentes matérias primas alimentares e de diferentes alimentos entre si buscando a composição de preparações alimentares mais complexas, na realidade concreta das famílias quilombolas participantes, ensejou o indicativos de iguarias locais, inclusive compondo cardápios, entre elas: a sorda ou açorda, o sarrabulho, os diferentes guizados de miúdos e de carnes diversas, as diferentes farofas, as paçocas de ovo, de ratão, de guizado, de carne, de peixe, as feijoadas, o espinhaço, a jacuba, a cadela-overa, a farinha-de-cachorro, o pirão, o angu, os revirados ou mexidos, a galinha ao molho pardo, a batata doce com leite, a ambrosia, as murcilhas doce, com funcho, brancas e pretas, os rosquetes, o doce-de-casca-de-limão-bergamota, o arroz-de-leite, as canjicas, o papo de anjo, as caças como o jacaré, a capivara, o ratão-do-banhado assados na panela, a ovelha no forno ou na panela, o vitelo assado.

Recentemente, considerando o excedente de carnes produzido na comunidade e o resgate da tradição quilombola quanto ao trabalho de sua manufatura artesanal e de seu concorrido e diversificado aproveitamento pelas famílias, foram desenvolvidos embutidos e defumados derivados de carne ovina através de oficinas participativas, complementadas por dinâmicas de grupo para o desenvolvimento de análise sensorial, com a introdução de tutoria pessoal aos provadores quilombolas no sentido de permitir o registro em tabelas hedônicas convencionais de suas percepções quanto à aceitação e preferência em relação aos novos alimentos de origem animal produzidos a partir dos conhecimentos tradicionais locais, considerando dificuldades decorrentes da precária oportunidade de alfabetização de que dispuseram no passado. Após o abate e inspeção dos animais disponibilizados pela própria comunidade, foram desossadas e processadas as carnes utilizando-se vasilhames, material de cutelaria, equipamentos de proteção individual como aventais, toucas e luvas, moedor elétrico e embutidor, mesas apropriadas e de um defumador ou fumeiro específico, recursos estes disponibilizados pelo financiamento do CNPq. Produziram-se assim salsichões, lingüiças condimentadas ou não com açafrão e demais condimentos produzidos nas hortas e estufas das famílias participantes, bem como peças resultantes da desossa submetidas à cura em salmoura “a quente”. Parte dos produtos foram conservados congelados, tipo “frescal”, outros foram submetidos à defumação progressiva no fumeiro próprio já referido, e assim conservados até a análise sensorial pelos participantes na semana seguinte a oficina de manufatura, e que revelou aceitação igual ou superior a 75% em todos os produtos, padrão mínimo convencional pela indústria e comércio formal de alimentos, demonstrando os provadores sensibilidade significativa na detecção e avaliação de sabor, de aparência, odor e textura dos produtos derivados de carne ovina que tinham

elaborado, avaliação sensorial esta em momento algum influenciada pela tutoria introduzida, já referida anteriormente. Todos os diferentes produtos cárneos, inclusive as diferentes massas de carne moída, condimentadas ou não, foram submetidas à análise microbiológica e centesimal no Laboratório de Bromatologia e Análise de Alimentos do ICTA/UFRGS apresentando qualidade perfeitamente compatível com os padrões legais vigentes determinados pela Resolução nº 12 da ANVISA/ BRASIL/ Ministério da Saúde. Considerando, porém as condições do solo e do lençol freático no Limoeiro, distrito de Bacuparí, toda a água disponibilizada para o trabalho com as carnes e os embutidos foi submetida a pasteurização lenta em fogão à lenha, considerando que a sua análise bacteriológica prévia acusou contaminação incontável por mesófilos deteriorantes, sem a presença, porém de coliformes totais e fecais, portanto considerada potável, legalmente.

Conclusões

Os resultados apresentados sugerem, à luz dos paradigmas da atenção básica em saúde e em desenvolvimento comunitários, a sustentabilidade ética, cultural, social e científica, bem como a viabilidade sanitária, econômica e ecológica das comunidades rurais remanescentes quilombolas, enquanto territórios com manifestações singulares de brasilidade, embora merecendo uma visibilidade externa bastante ingênua e quiçás fantasiosa, inclusive academicamente.

Referências

- CARVALHO, H.H.C.; BARROS, I.B.I.; OLIVEIRA, M.B.; WIEST, J.M. **Cartilha de Boas Práticas Para a Comunidade Quilombola na Manipulação de Carne de Ovelha e Elaboração de Alimentos Derivados**. Porto Alegre: ICTA/ UFRGS/CNPq. 6p. 2010.
- CLOTET, J.; GOLDIM, J.R.; FRANCISCONI, C.F. **Consentimento Informado**. Porto Alegre: PUC-RS. 2000. 130p.
- ETKIN, N. L. Anthropological methods in ethnopharmacology. In: **Journal of Ethnopharmacology**. Elsevier Scientific Publishers Ireland Ltd. nº 38, p. 93-104, 1993.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa Social**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 6ª ed. Petrópolis: Vozes, cap. 4, p. 67-70, 1990.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes. p.53-92, 1990.
- NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 6ª ed. Petrópolis: Vozes, cap. 4, p. 51-67, 1990.
- SELLTIZ, C. et al. **Método de Pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária Ltda. p 440-51. 1995.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas. p. 145-173. 1987.
- WIEST, J.M. (Org.). **Plantas medicinais e condimentares enquanto saberes e fazeres quilombolas no Limoeiro do Bacuparí**. PortoAlegre: Evangraf. 2008.
- WIEST, J.M. (Org.). **Alimentos e alimentação enquanto saberes e fazeres quilombolas no Limoeiro do Bacuparí**. PortoAlegre: Evangraf. 2008.
- WIEST, J.M.(Org.) **Comidas Quilombolas no Limoeiro do Bacuparí/ RS**. PortoAlegre: Evangraf. 2011.

O VALE DO JEQUITINHONHA E O ARTESANATO COOPERATIVO: A EXTENSÃO EM UM CONTEXTO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Área temática: Trabalho

Responsável: Lânia Mara SILVA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

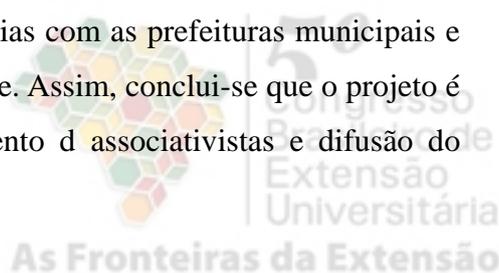
Autores: Daniela Guimarães VIEIRA – MG-12965509; Lânia Mara SILVA – MG-13809189; Naiane dos Santos MENDES – MG-16389643; Renata Vieira DELGADO – MG - 14813597; Terezinha Maria FURIATI – M-897383.

Resumo

Esse artigo visa demonstrar uma das ações realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (Proex/UFMG) no Vale do Jequitinhonha, região territorialmente extensa, com locais carentes da atuação da extensão universitária e de projetos que realmente modifiquem a vida da população. O projeto denominado “Artesanato Cooperativo: Fortalecimento do associativismo para o desenvolvimento da produção artesanal no Vale do Jequitinhonha”, através do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, desenvolvido há doze anos e que teve nos últimos quatro anos um grande redimensionamento graças a captação de recursos, tem por objetivo promover a valorização regional e sociocultural a partir do fortalecimento das associações de artesanato de 22 municípios, que gera renda e trabalho para vários artesãos. O projeto trabalha também para promover a autonomia e independência das associações para que elas possam alcançar seus resultados sem a atuação de terceiros e atravessadores, captar recursos e firmar parceiras que julgarem necessárias. Para tanto, segue-se a metodologia de pesquisa-ação, na qual há troca de conhecimento entre universitários, técnicos e população local e uma construção conjunta dos problemas e soluções.

Pode-se afirmar que alguns grupos conseguiram constituir uma associação ativa com a ajuda do projeto, que também já realizou parcerias com as prefeituras municipais e as associações para que possam trabalhar conjuntamente. Assim, conclui-se que o projeto é importante para o desenvolvimento local, fortalecimento d associativistas e difusão do artesanato regional.

Palavras-chave: Artesanato. Associativismo. Vale do Jequitinhonha.



Introdução

O Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e foi criado em 1997 com o objetivo de reunir em um só programa várias ações extensionistas que se desenvolviam na região. Dele surgiu o projeto “Artesanato Cooperativo: Fortalecimento do associativismo para o desenvolvimento da produção artesanal no Vale do Jequitinhonha” para trabalhar com a produção artesanal da região. A relevância é a geração de trabalho e renda, a valorização cultural e o fortalecimento de associações de artesãos, que são importante meio para melhor divulgação dos trabalhos, venda e conseqüentemente melhoria de vida dos artesãos associados.

O projeto visa evidenciar outras características da região, desmistificando a história construída, ao longo dos anos, da região do Vale do Jequitinhonha como um local de pobreza absoluta, de miserabilidade e estagnação. O Vale do Jequitinhonha, local de extrema riqueza cultural possui um dos artesanatos tradicionais mais criativos, ricos e famosos do Brasil. Porém, verifica-se uma ausência de políticas públicas de estímulo à arte do Vale. Assim, o desenvolvimento de projetos de extensão universitária como esse é de grande importância em um meio onde a estigmatização social se faz tão presente. Objetiva-se construir, junto com os artesãos, meios para conquistarem autonomia e independência, para que possam, através de seu trabalho, conseguir renda para viverem sem depender tanto de ações governamentais temporárias sujeitas aos conflitos partidários. O objetivo já exposto do projeto é o fortalecimento do associativismo a partir da mobilização social, com maior valorização do artesanato e da cultura do Vale do Jequitinhonha. Esse objetivo vem da demanda pela melhoria das condições de vida da população dessa região como um todo.

No projeto trabalham duas técnicas e três bolsistas de áreas acadêmicas distintas. Isso enriquece a extensão, uma vez que a interdisciplinariedade agrega várias perspectivas ao trabalho, apresentando olhares diferentes sobre um mesmo tema ou problema. O projeto integra a extensão ao ensino de forma que os estudantes e profissionais envolvidos tem a oportunidade de relacionar as teorias estudadas à prática que acontece na extensão. Assim, os conhecimentos adquiridos nas salas de aula são levados para campo e trocados com a população local que também apresenta seus conhecimentos sobre os temas trabalhados, havendo um movimento de troca de saberes contínua e conjunta.

Metodologia

O projeto envolve 22 municípios do Vale do Jequitinhonha que apresentam condições sociais precárias e acesso restrito a vários bens. No entanto, são municípios onde

o artesanato é bem desenvolvido e que utiliza, na maioria das vezes, matéria-prima local, como o barro, o algodão, palhas de milho, cipós, madeiras, sementes, entre outros. A metodologia utilizada é a de pesquisa-ação com construção conjunta de problemas e soluções com o intuito de que os próprios artesãos possam analisar a situação e resolvê-la. Assim, a pesquisa feita pelos universitários é transformada em ação pelos artesãos, de forma que todos ganham e aprendem.

Devido à grande distância desses municípios e a UFMG, os extensionistas desenvolvem ações presenciais e à distância. Como o Vale do Jequitinhonha está dividido em três polos, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, os encontros presenciais são feitos em cada um dos polos, ocasião em que também são visitados outros municípios e comunidades artesãs. Em outro momento há o encontro de todos os municípios e associações envolvidos no projeto, com a participação de dois representantes de cada associação em Belo Horizonte, no Campus da UFMG, durante uma semana, onde se realiza a Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG. Durante a semana da Feira, são sempre homenageados dois mestres de ofício e suas respectivas associações e municípios. São realizadas reuniões com os representantes, momento no qual também são feitas avaliações, apresentações de ações realizadas, esclarecimentos e assessoria técnica.

Explicitadas a metodologia e as dificuldades, o projeto apresenta a seguinte cronologia:

- Realização de reuniões e ambientação dos bolsistas universitários. Nessas reuniões são discutidos possíveis problemas que podem ser encontrados e a proposta do cronograma do projeto (viagens, feira, elaboração de documentos);
- Viagens aos municípios polos do Vale do Jequitinhonha para apresentar o projeto, captar demandas e problemas e buscar parcerias entre associações e prefeituras. Reuniões da equipe para discutir a viagem, para avaliação e preparação de ações futuras;
- Elaboração de documentos (este ano está sendo preparado, a pedido dos artesãos, o Guia de Legalização e de Constituição para Associações de Artesãos);
- Preparação da Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG, na qual várias associações expõem gratuitamente seus produtos durante uma semana, criando uma ótima oportunidade de escoamento de produção, divulgação da cultura da região e geração de renda.

A metodologia utilizada pelo projeto desenvolve várias formas de participação dos alunos extensionistas. Eles preparam cursos e palestras como forma de auxiliar as associações, cujos temas são sugeridos por eles (organização e manutenção de associações, dinâmicas para melhoria nos relacionamentos, aprimoramento de técnicas de vendas, aprimoramento dos produtos, embalagens, etc). Como o projeto aborda muitas associações de vários municípios, ele exige uma permanência, um revisitamento constante para que os seus objetivos sejam consolidados.

Resultados

Alguns resultados já foram alcançados ao longo dos anos nesse trabalho com as associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha. Considerando que uma das grandes dificuldades do artesão é expor e vender sua produção, o Programa Polo de Integração criou, em 2000, a Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG, que é realizada todo ano durante uma semana do mês de maio. Essa Feira ocorre através de parceria firmada com Prefeituras e instituições interessadas e é uma oportunidade para que as associações exponham seus trabalhos para venda e divulgação, sem intermediários. A renda total da Feira tem aumentando ano a ano, sendo que em 2011 as associações venderam cerca de R\$170.000,00 mil reais em 6 dias . A Feira também promove o intercâmbio cultural entre a população do Vale e a Universidade, proporcionando aprendizagens e trocas, objetivo da extensão universitária. Além disso, a Feira gera renda que retorna ao município de origem do artesão, reaquecendo a economia local.

O projeto “Artesanato Cooperativo: Fortalecimento do associativismo para o desenvolvimento da produção artesanal no Vale do Jequitinhonha”, também elaborou um diagnóstico sobre o associativismo na região a partir das viagens realizadas ao Vale do Jequitinhonha. Esse diagnóstico levou à constatação da fragilidade dessas associações. Uma das ações implementadas pelo projeto, juntamente com as associações, foi a restrição da participação na Feira de artesãos autônomos, privilegiando, favorecendo e fortalecendo dessa forma as associações de artesãos.

Além disso, já foi elaborado um Guia de Oportunidades para Associações e Artesãos que foi distribuído para todas as associações participantes do projeto. Nesse Guia estão relacionados sites, feiras e eventos dos quais as associações podem participar para vendas e divulgação de seu artesanato. Atualmente, a equipe está elaborando um Guia para Legalização e Constituição de uma Associação de Artesãos que auxiliará os artesãos a operarem legalmente suas associações.

Com esses resultados, o projeto já conseguiu transformar a vida de vários artesãos no Vale do Jequitinhonha que, com a geração do trabalho e renda, conseguem proporcionar melhorias em suas famílias e em todo o seu município.

Conclusão

O projeto Artesanato Cooperativo conseguiu, ao longo dos anos, alcançar vários resultados e o fortalecimento do associativismo pode ser verificado em várias associações que hoje se apresentam mais estruturadas e mais autônomas, sendo capazes de captarem recursos e firmarem parcerias. Também possuem mais condições de escoarem suas produções e participarem de feiras por todo o país. A Feira da UFMG tem demonstrado que a opção por trabalhar em associação aumenta as oportunidades e proporciona um reconhecimento maior do artesanato do Vale do Jequitinhonha. Muitas famílias aumentaram sua renda com as vendas dos produtos artesanais nas associações e muitas pessoas aprenderam um ofício novo em um contexto no qual as opções de trabalho, muitas vezes, são escassas. Assim, além de auxiliar no desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, o projeto vem modificando a realidade social de vários indivíduos.

O projeto também proporcionou novos conhecimentos aos universitários envolvidos, que puderam conhecer a cultura do Vale do Jequitinhonha, aproximar as teorias acadêmicas da prática e melhorar o entendimento sobre relações sociais. A extensão, com a interdisciplinariedade e com o trabalho de campo, permite aos universitários valiosos ganhos acadêmicos, pois eles tem contato com situações que vão além das salas de aula. A Feira possibilita à comunidade da UFMG abandonar estereótipos e conhecer a cultura da região, além de aprender com os artesãos que, durante uma semana, são os atores principais da vida acadêmica da Universidade. Estes também aprendem com as centenas de pessoas que diariamente os visitam, o que faz com que a Feira não seja apenas um espaço de vendas, divulgação e convivência, mas, acima de tudo, um espaço no qual a extensão universitária elimina as fronteiras físicas e culturais e permite uma troca de experiências e saberes na qual não há hierarquização.

Referências bibliográficas

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Polo Jequitinhonha – 10 [1996-2006]: a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008.

SOARES, Weber. *Diagnóstico Socioeconômico do Vale do Jequitinhonha – confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local*. Belo Horizonte: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão, UFMG, 2009.



PAPEL ARTESANAL EM FIBRA DE BANANEIRA: UMA ALTERNATIVA PARA AS FAMÍLIAS RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ

Área temática: Trabalho

Responsável pelo Trabalho: Mayra T. SULZBACH

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Autores: Mayra T. SULZBACH¹; Nágila ALVES²; Jhonatan RODRIGUES²; Manuel F. SANTOS²; Roselaine VINHARSKI²

Resumo

A banana é um produto típico do Litoral do Paraná e produzido em grande quantidade no local, acredita-se que levar novos conhecimentos e práticas de manuseio às comunidades rurais, tal como a elaboração de papel artesanal a partir do aproveitamento do resíduo da planta, seja de grande valia para reestruturação social das comunidades de Guaraqueçaba. As comunidades de Guaraqueçaba compreendem estruturas fundiárias de pequeno porte, com terrenos bastante acidentados, ou alagados, ou ainda, localizados em áreas de proteção ambiental, inviabilizando o cultivo de produtos que exigem extensões territoriais e resultando na ocupação humana desprovida de renda. A falta de emprego local tem levado a população deste lugar a procurar emprego em municípios vizinhos, em especial, as mulheres é que se deslocam, pois são identificadas como frágeis para o trabalho nas áreas rurais. A falta destas na comunidade rural promove a desestruturação familiar e um êxodo rural mais intenso. Neste sentido, a Universidade Federal do Paraná elabora um Projeto que busca promover junto à população feminina das quatro comunidades rurais o reconhecimento do pertencimento ao local, através da obtenção de trabalho e renda com desenvolvimento de um produto tipicamente local; o papel artesanal com resíduos da bananeira. Destaca-se que há viabilidade econômica para a produção deste produto, pelo baixo custo dos materiais permanentes necessários e o custo quase zero, muitas vezes zero, dos insumos. O Projeto pauta-se na pesquisa ação, através de estudos, treinamentos junto às comunidades, orientações em geral, planejamentos e proposições para o fortalecimento a produção local.

Palavras-chave: papel artesanal, trabalho e renda, comunidade rural.

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e Tutora do Grupo PET Litoral Social.

² Alunos da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e Bolsistas do Grupo PET Litoral Social.



Introdução

Guaraqueçaba é um dos poucos municípios do Paraná em que a população rural é superior a população urbana, 68,8% da população vive em áreas rurais (IBGE, 2007). A população total do município em 2007 era de 7.733 habitantes, desta população 4.740 habitantes tinham idade entre 16 a 65 anos, ou seja, 61% da população estavam em faixa etária economicamente ativa (SABEC, SULZBACH, 2010). Apesar do número de pessoas em idade economicamente ativa, em 2007, observou-se o registro de apenas 739 empregos formais, ou seja, 15,59% da população recebiam salário, contribuía formalmente com os tributos públicos e encontravam-se numa situação de estabilidade. Dos empregos formais registrados no município 67% estavam ligados a administração pública (SABEC e SULZBACH, 2010). O indicador sócio-econômico que demonstra que a comunidade é merecedora de atenção, mais utilizado na literatura e nos bancos de fomentos, é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Este indicador no município de Guaraqueçaba demonstra que este local exige ações imediatas para melhorar a qualidade de vida desta comunidade, pois o IDH de Guaraqueçaba é o terceiro menor do estado do Paraná.

A falta de emprego local tem levado a população deste lugar a procurar emprego em municípios vizinhos, em especial, as mulheres é que se deslocam, pois são identificadas como frágeis para o trabalho nas áreas rurais. A falta destas na comunidade rural promove a desestruturação familiar e um êxodo rural mais intenso. Neste sentido, este Projeto Papel Artesanal em Fibra de Bananeira busca promover junto à população feminina das quatro comunidades rurais do município – Tagaçaba, Açungui, Potinga e Serra Negra - o reconhecimento do pertencimento ao local, através da obtenção de trabalho e renda com desenvolvimento de um produto tipicamente local; o papel artesanal com resíduos da bananeira. Destaca-se que há viabilidade econômica para a produção deste produto, pelo baixo custo dos materiais permanentes necessários e o custo quase zero, muitas vezes zero, dos insumos.

O processo de produção artesanal de papel a partir de fibras vegetais é um processo simples que contribui entre outras coisas com a minimização de impactos ambientais negativos provocados pelo excesso de resíduos. Para a produção do papel utiliza-se do pseudocaule da bananeira, onde é possível extrair vários tipos de fibras: as longas são especiais para a produção de papel. Entre outras características as fibras originalmente amareladas são facilmente branqueadas, são sedosas, brilhantes, resistentes e elásticas. O processo de produção é simples e barato, bem como não apresenta riscos a saúde da

população. Promover o sentimento de pertencimento local as mulheres das comunidades rurais de Tagaçaba, Açungui, Potinga e Serra Negra do município de Guaraqueçaba- PR, possibilitando alternativa de renda através da produção de papel artesanal com resíduos da bananeira, é o objetivo geral do projeto.

Material e Metodologia

O Projeto pauta-se na metodologia pesquisa ação, a opção metodológica deste trabalho opta por inicialmente os integrantes do projeto mapear as comunidades atendidas, observando seus costumes, divisão do tempo de trabalho e lazer, relações com a natureza e família etc. Bem como, buscar experiência literária e de vivência buscando conhecimento para planejar suas futuras interações, feito isso, realizar-se-á reuniões de diálogos com a comunidade a ser atendida possibilitando-as a manifestações de desejo. A próxima meta do projeto é promover cursos de capacitação à comunidade, para elaboração de papel artesanal com fibra de bananeira, promover oficinas de segurança do trabalho, cooperativismo, associativismo, práticas com o meio ambiente.

As etapas que se sucedem se desenvolverão a partir: da busca do diálogo com outras ações já existentes na comunidade a fim de interagir e melhorar os resultados do Projeto e conseqüentemente à comunidade; do apoio a produção de papel artesanal em fibra da bananeira da comunidade; do acompanhamento e auxílio em pesquisas de mercado, gestão da produção e gestão de vendas as comunidades atendidas, a fim de que as mesmas com o término do Projeto consigam continuar produzindo; auxiliando a demanda na busca de recursos financeiros para cooperativa ou associação que venha se formar com comunidade; apoiando o desenvolvimento do aprendizado pleno (ensino, pesquisa e extensão) dos alunos envolvidos no Projeto e auxiliando os alunos na produção de relatórios, artigos, banner e relatórios a fim de que os mesmos possam relatar sua experiência de aprendizado.

Resultados e Discussões

Com a execução do Projeto se espera atingir os seguintes resultados e benefícios, nas áreas: social – contribuir com a melhora da qualidade de vida das mulheres residentes nas comunidades selecionadas, bem como de sua família e comunidade. Esta melhoria será proveniente da fixação das mesmas na sua comunidade, participando das decisões locais. Com a capacitação recebida se eleva as perspectivas de produção e comercialização, bem como se amplia o conhecimento sobre o universo no qual se atua, ampliando a visão de

mundo. A possibilidade de conciliar o trabalho do lar com o trabalho e sustento proporciona um apoio familiar de fundamental importância, reduzindo o êxodo rural. Econômica – a melhoria da qualidade de vida também ocorre pela elevação do retorno financeiro, advindo da aprendizagem da elaboração de um produto. A organização cooperativa ou associativa das mulheres deve proporcionar o aumento da produção, elevando o número de pessoas a atuar neste segmento, ampliando as bases para a geração de emprego e renda local, bem como do reconhecimento dos órgãos públicos da atividade produtiva. Ambiental – atualmente os resíduos das bananeiras retornam ao meio ambiente com resíduos orgânicos. Os resíduos transformando-se em produto já demonstraram boa aceitação no mercado em outras experiências. Assim explorar estes recursos de forma consciente beneficia o meio ambiente ao longo prazo, pois parte dos consumidores ao tomar conhecimento da origem do produto, passa a recusar produtos substitutos advindo de exploração extensiva e contaminadora do meio ambiente. Científica – a produção artesanal envolve milhares de pessoas, porém existem poucos estudos científicos sobre o assunto. A falta de informação se justifica pela dispersão no espaço físico dos produtos e produtores artesanais, mas que apresentam uma riqueza sem medida do produto cultural local.

Conclusões

O Projeto tem a missão de levar conhecimento e motivar as pessoas (bolsistas, voluntários e comunidade), para que estes possam permanecer em seus locais, criando formas alternativas de renda, bem como de salvaguardar o meio ambiente onde vivem. O reconhecimento da população local e seus valores devem se disseminar através do repasse do conhecimento adquirido para família, amigos e comunidade.

Referências

SABEC, J. P. e SULZBACH, M. T.. **Um Retrato do Emprego Formal do Litoral do Paraná**. Relatório de Pesquisa Iniciação Científica. Curitiba: PRPPG/UFPR, 2010.

IBGE. **Estatísticas de Indicadores Agropecuária**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/defaulttab.shtm>.

Acesso em: 10 dez. 2010.

IBGE. Censo Populacional. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010

